

GAZETA MERCANTIL

Quinta-feira, 21 de novembro de 1985

Uma decisão firme e corajosa do governo Sarney

O governo agiu com coragem e firmeza ao determinar, terça-feira, a liquidação extrajudicial do Comind, do Banco Auxiliar, do Banco Maisonnave e de instituições financeiras associadas. Eram notórios os problemas financeiros por que passavam essas instituições, os quais tiveram origem antes da Nova República e se agravaram sensivelmente nos últimos meses.

Não se pode dizer que o governo tenha agido de maneira drástica. Como se recorda, através da Resolução nº 1.008, de 2 de maio deste ano, o Conselho Monetário Nacional (CMN) estabeleceu condições, prazos, custos e garantias a serem exigidos para que o Banco Central pudesse prestar assistência a bancos comerciais, de investimento e financeiras. Essas normas foram justificadas pela necessidade de evitar que, como tantas vezes ocorreu no passado, o governo agisse casuisticamente quando defrontado com dificuldades de liquidez de uma ou outra instituição, causadas pelas condições de mercado.

Lançando mão imediatamente desse instrumento, foi elaborado um plano para a recuperação dos grupos financeiros mencionados, que levou à injeção neles de recursos maciços do Tesouro. O governo reconhece agora, explicitamente, com a liquidação extrajudicial das três instituições, que esse plano falhou. Devido ao tempo decorrido desde que começou a ser colocada em prática a operação de socorro, não se pode afirmar que as autoridades monetárias agiram precipitadamente agora. O passivo a descoberto das instituições em causa já chegava a Cr\$ 6,8 trilhões, e, sem dúvida, era preciso estancar o quanto antes esse prejuízo, sob pena de, como afirmou um alto funcionário, o governo ver-se diante de "três Sul Brasileiros".

O paralelo com o banco gaúcho vem a propósito. Está claro agora que o governo extraiu a lição daquele episódio, preferindo não decretar primeiro uma intervenção, como ocorreu àquela época, e sim dar início desde logo à liquidação extrajudicial. Isso

significa que as instituições cujas portas foram nesta semana lacradas pelo Banco Central deixam de existir. O governo quer demonstrar assim a sua firme disposição de resistir a pressões que levam a soluções como a que acabou sendo dada, por decisão do Congresso Nacional, ao Sul Brasileiro.

O governo deseja evitar também que a liquidação acabe sendo favorável aos interesses dos grupos controladores das instituições, como tem ocorrido com certa frequência. Para corrigir essa distorção, o presidente José Sarney foi obrigado a descumprir uma de suas promessas: a de não utilizar o instrumento do decreto-lei em seu governo. Compreendendo a importância de uma ação enérgica neste momento, o presidente recorreu ao decreto-lei — e, a nosso ver, o fez com plena justificativa — para estabelecer que a correção monetária passará a incidir sobre a totalidade das obrigações de responsabilidade das instituições financeiras em regime de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência. O objetivo

não é simplesmente punitivo. Dessa forma, são garantidos a poupança popular e os créditos privados e públicos, que passam a ser protegidos da corrosão inflacionária.

Naturalmente, uma medida como a que o governo tomou nesta semana não pode deixar de ter impacto sobre todo o mercado financeiro. Mas, pelo que se observou ontem, o mercado não demonstrará a absorver as consequências da decisão, que somente constituiu surpresa pelo momento escolhido, não pela sua essência, uma vez que, como já dissemos, as dificuldades das instituições hoje em regime de liquidação eram de conhecimento público.

Finalmente, expressamos a confiança de que sejam encontradas nos próximos meses soluções de mercado para os grupos envolvidos, o que nos parece facilitado pelo regime de liquidação extrajudicial e pela decisão do BC de suspender a autorização para o funcionamento de novas entidades no mercado financeiro e abertura de novas agências.